

10. PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE REGULAMENTO DA TAXA MUNICIPAL TURÍSTICA DE BRAGA:

Do Sr. Vereador do Pelouro do Ambiente, Energia, Desenvolvimento Rural, Turismo e Defesa do Consumidor, submetendo à consideração do Executivo Municipal, proposta de criação de um regulamento para aplicação da taxa municipal turística de Braga, proposta que se anexa.

PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE REGULAMENTO
Taxa Municipal Turística de Braga

A atividade turística no Município de Braga tem vindo a denotar um desenvolvimento muito significativo ao longo da última década, afirmando Braga como um dos principais destinos turísticos portugueses. As estatísticas demonstram um crescimento manifesto nos últimos anos, nomeadamente no que se refere ao número de hóspedes, que cresceu cerca de 42%, de 2014 para 2017, bem como no número de oferta turística disponível nos estabelecimentos de alojamento local, que era de 15 unidades em 2014, passando para 157 em 2017, e, no ano corrente (2018), perfaz já as 278 unidades.

Este crescimento e desenvolvimento é reflexo, por um lado, de uma tendência de crescimento nacional e, por outro lado, de uma estratégia municipal de empreendedorismo turístico e de dinamização de estruturas apelativas capazes de absorver e atrair cada vez mais visitantes.

O investimento na área do turismo revela-se estratégico para o desenvolvimento económico-social da região e tem demonstrado ser um forte impulsionador do tecido empresarial e consequentemente da criação de emprego, com um impacto inegável na atividade económica de modo geral e, mais concretamente, na oferta turística.

Assim sendo, importa fortalecer o investimento na área, de modo a corresponder às necessidades e exigências do mercado, possibilitando o alargamento, desenvolvimento e melhoramento de infraestruturas, assim como da criação e desenvolvimento de serviços e apoios dedicados ao turismo, para garantir uma marca de qualidade do concelho, enquanto destino turístico.

Tendo em conta a necessidade e vontade de prosseguir com este desenvolvimento de forma sustentável, e uma vez que os recursos das autarquias preveem colmatar necessidades locais, direcionadas aos seus munícipes, importa perceber a que fontes de recursos se pode recorrer e de que modo se pode fazer a alocação desses recursos de forma equilibrada.

Por outro lado, este crescimento necessita de uma forte aposta na promoção turística como princípio de consolidação do destino "Braga" e o custo inerente a este esforço pode ser cofinanciado pelos próprios turistas, uma vez que são os grandes beneficiários destes serviços.

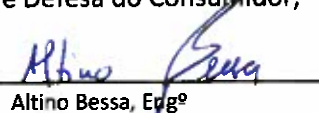
Pelo exposto, a aplicação da taxa turística permitirá ao Município prosseguir com a estratégia de promoção e afirmação turística do concelho, fortalecendo os agentes económicos da cidade e mantendo o crescimento do Turismo nos próximos anos, garantindo, simultaneamente, a sustentabilidade e a equidade do sector.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, aprovou o novo regime financeiro das autarquias locais, conferindo aos municípios o poder de criar taxas que incidam sobre as "utilidades prestadas aos particulares, geradas pelo município ou atividades dos particulares."

Com base nestes pressupostos e fundamentos, propõem-se que o Município de Braga crie um Regulamento para aplicação da taxa municipal turística.


Braga, 7 janeiro de 2019

O Vereador do Ambiente, Energia, Desenvolvimento Rural,
Turismo e Defesa do Consumidor,


Altino Bessa, Eng.º

Inf. DTGAP/DSJC

Deverá remeter-se a proposta em questão, caso o S. Presidente concorde, à reunião do Executivo para deliberar sobre o início do procedimento regulamentar, nos termos do artigo 98.º do A.P.A. No sentido de fazer a esta Direção para ulterior transmissão. 9/1/2019

Concedido.
A 08 de Jan.
19.01.07

1

AVISO DE ABERTURA
DO PERÍODO DE PARTICIPAÇÃO PROCEDIMENTAL RELATIVO AO INÍCIO DE
PROCEDIMENTO DE REVISÃO/ADITAMENTO DO
CÓDIGO REGULAMENTO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA

Torna-se público nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 98º, nº 1 do Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o Código do Procedimento Administrativo, o seguinte:

1. A Câmara Municipal de Braga, em reunião ordinária realizada no dia ____/____/2019, **deliberou** iniciar nessa data um procedimento que tem por objeto a elaboração e aprovação de Revisão **Regulamentar/Aditamento**, ao abrigo do disposto na Constituição da República Portuguesa (artigos 112º e 241º), alínea k) do nº1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e da Lei Habilitante.
2. O referido Regulamento/Aditamento incide sobre a aplicação da **TAXA MUNICIPAL TURÍSTICA DE BRAGA**.
3. Podem constituir-se como interessados no procedimento todos aqueles que, nos termos do nº 1, do artigo 68º do CPA, sejam titulares de direitos, interesses legalmente protegidos, deveres, encargos, ónus ou sujeições no âmbito das decisões que nele forem ou possam ser tomadas, bem como as associações, para defender interesses coletivos ou proceder à defesa coletiva de interesses individuais dos seus associados que caibam no âmbito dos respetivos fins.
4. Os interessados podem ainda, no prazo de **10 dias úteis**, formular contributos ou sugestões sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do procedimento de elaboração e aprovação do **Regulamento/Revisão Regulamentar**, sem prejuízo da ulterior audiência dos interessados e consulta pública.

-
5. A formulação de sugestões ou contributos, bem como a constituição como interessados no procedimento regulamentar, deve ser efetuada por escrito, até ao termo do prazo, em suporte escrito, dirigidos à Câmara Municipal – Balcão Único, ou por via digital para o endereço eletrónico codigoregulamentar@cm-braga.pt, conforme MOD-01.01.16 - Minuta Participação Procedimental.

Braga, _____ de 2019.

O Presidente da Câmara Municipal,

Ricardo Rio